

Uma contribuição antropológica sobre o apoio social

An anthropological contribution to social support

*Denise Martin*¹

O texto de Canesqui e Barsaglini é estimulante e provocador. Inicialmente, porque se propôs a investigar o tema do apoio social na saúde, na doença e no cuidado, não só no seu uso e relações ao longo de um período extenso (1993 a 2005), mas principalmente nas conexões teóricas relacionadas ao seu uso em pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas.

Ao analisar o apoio social em relação a teorias e autores, várias questões emergem, pela pertinência e complexidade do objeto de estudo.

Embora os estudos etnográficos estejam pouco presentes nesta revisão, destacarei dois pontos nos quais a Antropologia pode contribuir para o debate: a noção de apoio social e os estudos que destacam o individualismo como característica das sociedades contemporâneas.

Como mostraram as autoras, o conceito de apoio social ainda é mal definido e pouco elaborado teoricamente.

Embora pareça ao senso comum um conceito aceito, uma vez que se associa à idéia de auxílio e proteção, não é neutro, como se pudesse se encaixar em qualquer situação. Muito pelo contrário, seu uso está relacionado a questões políticas, econômicas, decisões e estratégias, principalmente no campo da saúde coletiva.

A Antropologia se fundou no reconhecimento do outro e a relativização é um de seus exercícios mais frequentes. É necessário deslocar a associação generosa do conceito de apoio social e buscar um certo distanciamento, no qual a naturalidade do conceito revela-se como uma construção histórica. As autoras mostraram com clareza na introdução esta questão.

Falar sobre apoio social implica em explorar a sua complexidade.

Inicialmente, porque a palavra social traz consigo, embora não explicitamente, uma concepção de sociedade. Assim, uma abordagem sociológica, antropológica ou da psicologia social, centrada em um determinado autor, tem consequentemente uma teoria social, o que pode ser desconsiderado por pesquisadores que utilizam o termo somente como uma variável a ser mensurada. Além disso, a abordagem teórica escolhida direciona o olhar para um determinado plano da realidade, como citado

pela literatura nacional, onde se observa a politização do apoio social. Desta forma, tratar o apoio social como algo genérico revela uma visão ingênua de sociedade, sem considerar o contexto político, econômico e cultural no qual está inserido. A falta de consenso sobre o conceito pode ser expressão da falta de elaboração teórica.

Um outro ponto que merece destaque é a presença, no texto, de palavras e referências a valores individualistas, tais como: defesa individual, racionalidade individualista, fragmentação do tecido social... Em contraposição, há também referências a termos como solidariedade, integração social, reciprocidade e comunidade. Embora utilizados em diferentes partes do texto e referindo-se a diversos autores e teorias, é possível realizar um exercício de reflexão sobre o significado desta oposição implícita no texto: por um lado, uma concepção individualista, e por outro, uma societária (no sentido de coletividade). Os estudos oscilam entre uma e outra tendência, muitas vezes criticando o individualismo como impeditivo ou dificultador do apoio social, e estratégias coletivas como promotoras de saúde e cuidado.

Estas concepções trazem consigo também idéias sobre a sociedade, algumas vezes estereotipadas ou mal formuladas. As análises sobre o individualismo nas sociedades contemporâneas, teorizadas por inúmeros autores, são importantes para uma compreensão global das dinâmicas sociais. Segundo Ehremberg¹, as transformações do século 20 resultaram num individualismo no qual não há garantias para o sujeito além dele mesmo. A defesa da autonomia e da liberdade tiveram muitas consequências, entre elas, um indivíduo fragilizado e, consequentemente, deprimido. O autor defende que, no caso da sociedade francesa, o individualismo também pode levar as pessoas ao sofrimento psíquico.

A Antropologia pode contribuir para este debate retomando um tema clássico que é a tensão entre indivíduo e sociedade. Pensar o apoio social nesta perspectiva implica em considerar o quanto uma sociedade ou grupo valoriza o indivíduo ou a coletividade.

Segundo Seeger et al.², existem sociedades que constroem sistematicamente uma noção de indivíduo onde a vertente interna é exaltada (caso do Ocidente) e outras onde a ênfase recai na noção

¹ Programa de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Católica de Santos. demartin@unisantos.br

social de indivíduo, quando ele é tomado pelo seu lado coletivo: como instrumento de uma relação complementar com a realidade social – caso das sociedades tribais.

Não podemos tomar o individualismo acima descrito como uma característica de todas as sociedades ocidentais e nem como se todas fossem homogêneas. As sociedades contemporâneas urbanas também não se mostram idênticas ou monolíticas no desenvolvimento do individualismo, como mostrou Velho³. É preciso ter muito cuidado ao transportar idéias e conceitos que são válidos para um determinado contexto sociocultural para outro. O diálogo entre teorias em contextos diferentes precisa considerar o quanto elas se aproximam ou não dos locais onde se realizam pesquisas. O conceito de apoio social, ao servir para todo tipo de objeto de pesquisa, revela uma plasticidade que pode significar o esvaziamento conceitual, identificado pelas autoras.

Além desta divisão em sociedades que privilegiam mais ou menos o indivíduo de diferentes formas, há ainda uma outra questão que merece destaque e que os estudos etnográficos têm muito a contribuir: a dimensão físico moral do sofrimento humano, tratada por Duarte⁴.

As autoras criticaram estudos em que o apoio se resume a experiências subjetivas e também a ausência da contribuição da cultura no debate.

Como ressaltaram, não se pode considerar o apoio social como algo dado, como se pelo simples ato de existir já significasse um efeito positivo em quem o recebe. É necessário problematizá-lo, verificar contradições, limites e possibilidades.

Em estudo etnográfico realizado com mulheres com diagnóstico de depressão em tratamento no município de Embu, grande São Paulo, observou-se comportamentos distintos em relação a este sofrimento⁵. Familiares próximos, parentes e vizinhos também elaboravam suas justificativas para a experiência das mulheres com depressão. O termo “mulher deprimida” neste local tinha dois significados.

“Depressão verdadeira”: quando a mulher sofreu uma perda (de um filho por assassinato, por exemplo). Este sofrimento era reconhecido como verdadeiro pela comunidade. A doença era compreendida e justificada. Estas mulheres eram consideradas vítimas de uma sociedade violenta e desigual e a doença era uma consequência do sofrimento que passaram. Assim, recebiam o apoio de amigos, parentes e vizinhos.

Havia também situações em que o apoio era parcial, onde somente algumas pessoas compre-

endem o sofrimento destas mulheres. Para outras, estar com depressão dependia da vontade e, portanto, era moralmente condenável, como nos casos de brigas conjugais e traições. Embora essas mulheres tenham revelado experiências de vida notavelmente difíceis, como os problemas de relacionamento com o companheiro, esperadamente violento no trato, ou como os problemas com a distribuição local de drogas, igualmente pautada pela extrema violência e crueldade, o seu sofrimento não era habitualmente reconhecido como uma doença pela vizinhança. Sua condição ora era descrita como preguiça, ora como loucura, ora como fingimento. Elas não obtinham apoio entre parentes e conhecidos e frequentemente sofriam solitariamente. Neste caso, a depressão era considerada como questão moral, não como doença. Era a “falsa depressão”.

A depressão era tratada como um termo empregado como divisor de comportamentos aceitáveis e criticáveis, havendo um deslocamento de significações. Havia a depressão legítima e a falsa, esta servindo para mascarar eventos e comportamentos pessoais imperfeitos ou localmente indesejáveis. Este estudo revelou percepções de depressão, das mulheres e da comunidade, fortemente ancoradas na cultura em que estavam inseridas: pobre, violenta e desigual.

Estas duas situações, identificadas pela etnografia, contribuem para pensar o apoio social. Ter família e vizinhança por perto não significa, necessariamente, ter apoio social, como foi mostrado. As relações sociais, quando tratadas considerando a cultura, mostram que há um sistema simbólico no qual se elaboram os significados, incluindo o que é considerado aceitável e inaceitável, moral e imoral, entre outros. Neste nível, a profundidade e o detalhe da etnografia permite perceber nuances de comportamentos, ora favoráveis, ora desfavoráveis, problematizando o apoio social.

Desta forma, é importante destacar, num primeiro momento, em que plano ele se encontra. Se é institucionalizado ou não, o grau de participação da família e da vizinhança e o envolvimento do indivíduo que recebe este apoio.

Num segundo momento, é preciso ter cuidado para não descontextualizar nenhum destes planos. Associações simplificadoras, nas quais se descaracteriza qualquer um destes níveis, tendem a trazer resultados estereotipados da realidade pesquisada. As ciências sociais e humanas, com seu arcabouço teórico, tem toda a condição de elevar o patamar da discussão sobre o apoio social em suas diferentes abordagens. O trabalho das autoras é um exemplo.

Referências

1. Ehremberg A. *O culto da performance*. Da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida (SP): Idéias e Letras; 2010.
 2. Seeger A, da Matta R, Viveiros de Castro E. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional* (Antropologia) 1979; 32:1-37.
 3. Velho G. Relações entre a Antropologia e a Psiquiatria. In: Velho G. *Individualismo e cultura*. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2008. p. 97-106.
 4. Duarte LFD. A outra saúde: mental, psicossocial, físico-moral? In: Alves PC, Minayo MCS, organizadores. *Saúde e doença*. Um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1998. p. 83-90.
 5. Martin D, Mari J, Quirino J. Views on depression among patients diagnosed as depressed in a poor town in the outskirts of São Paulo, Brazil. *Transcultural Psychiatry* 2007; 44(4):637-658.
-